



A Assembleia Intermunicipal da CIM Médio Tejo reuniu extraordinariamente, no passado dia 11 de maio, na sede desta CIM, em Tomar, tendo juntado os deputados da região do Médio Tejo em torno do tema dos cuidados de saúde.

Marcaram presença nesta sessão: Casimiro Ramos, presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) e Diana Leiria, diretora executiva do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Médio Tejo, que procederam à apresentação da nova Unidade Local de Saúde (ULS) no Médio Tejo.

Na ocasião, Casimiro Ramos, procedeu apresentação, tendo referido que as ULS são organizações com a competência de garantir a prestação integrada de cuidados de saúde primários e hospitalares, sendo esta a principal novidade que esta nova estrutura trará.

Mais acrescentou que as ULS têm três objetivos principais: maior eficiência; melhor acesso e ganhos em saúde e sustentabilidade, constituindo-se como organizações que integram o hospital e os centros de saúde na mesma entidade, ao invés da separação tradicional entre hospitais e centros de saúde, com regras de funcionamento, financiamento e lideranças diferentes.



O presidente do Conselho de Administração do CHMT explicou que para o processo de criação da ULS, procedeu-se à criação de um Grupo de Trabalho formado no passado dia 20 de abril e, que neste momento, decorre a elaboração do plano de negócios, que está a contar com o trabalho técnico do Grupo, com as respetivas equipas técnicas e os contributos dos profissionais do CHMT e ACES, das Autarquias Locais e outras entidades.

Na sessão da Assembleia, Casimiro Ramos solicitou o envio dos contributos aos deputados presentes até ao passado dia 15 de maio, sendo que o plano de negócios para nova organização terá de estar concluído até dia 26 de junho de 2023. A entrada em funcionamento da ULS ainda não tem uma data oficial anunciada.

Por último, o responsável salientou que com a criação da ULS estão previstas algumas mais valias, tais como: melhoria no acesso aos cuidados de saúde primários e hospitalares; processo clínicos e sistemas informáticos integrados; maior comodidade para os doentes; reforço da capacidade de resposta, com telemedicina e outros; promoção da saúde e prevenção da doença; facilitação da referenciação de altas e de 1ª consultas, e uma maior autonomia, aquisição de bens e serviços e contratação de recursos humanos.

Também Diana Leiria, diretora executiva do ACES Médio Tejo, prestou todos os esclarecimentos necessários sobre os cuidados de saúde primários e o processo de criação da ULS.



Os deputados presentes deixaram um conjunto de questões aos convidados presentes, nomeadamente, acerca do plano de negócios e análise swot, demonstrando grandes preocupações quanto à falta de médicos de família e demais recursos humanos da área da saúde na região do Médio Tejo.

A discussão do assunto marcou grande parte da sessão extraordinária da assembleia, tendo ficado para último ponto a análise, discussão e votação da Moção pela Abolição das Portagens na A23 e A13, remetida pela eleita da CDU, Júlia Amorim, que foi aprovada por maioria com 8 abstenções. [VER AQUI - MOÇÃO](#)

